



ADVOCACY E PARCERIAS EM 2023



INCIDÊNCIA

- Plano Plurianual 2024-2027 e LOA 2024 de São Paulo
- Lei de Drogas

LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA

- SIDH e os Tribunais brasileiros
- Perfilamento racial

ARTICULAÇÃO POLÍTICA

- Representação apresentada à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Piauí
- PL Taxas Judiciais
- Entrada do JUSTA no Pacto pela Democracia
- Eleição da Ouvidoria Externa da DPU
- Modernização dos presídios do ES e financiamento do BID

PARCERIAS

- Projeto “Tributação Justa, Reparação Histórica”
- Evento “O crime organizado nos espaços de poder”



INCIDÊNCIA

PPA 2024-2027 - ORÇAMENTO, A RACIONALIDADE DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E GARANTIA DE DIREITOS

- Incorporação das propostas de emenda ao PPA 2024-2027 de São Paulo.
- Mobilização e formação de diferentes públicos (movimentos sociais, professores universitários, pesquisadores, servidores públicos do legislativo) para incidência na elaboração do próximo Plano Plurianual, que está sendo debatido agora e vigorará até 2027.
- Oficina “Gestão Pública: o desafio da construção participativa do Plano Plurianual no Estado de São Paulo”, em parceria com a PUC-SP

Confira as gravações da oficina:

[Link 1](#) e [link 2](#)





PPA 2024-2027 - ORÇAMENTO, A RACIONALIDADE DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E GARANTIA DE DIREITOS

- Oficina sobre o PPA na Alesp em parceria com o mandato da deputada Monica Seixas do Movimento Pretas (PSOL)
- Oficina sobre o PPA para organizações e parceiros do campo, como a Amparar (Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas), Coletivo Libertas, IDDD, Pastoral Carcerária Nacional e Reflexões pela Liberdade.

Emendas propostas pelo JUSTA foram apresentadas pela bancada do PT, PSOL e Rede Sustentabilidade:

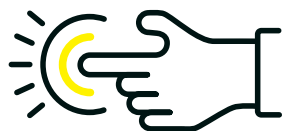
- | | |
|-------------------|-------------------|
| ○ <u>253/2023</u> | ○ <u>448/2023</u> |
| ○ <u>254/2023</u> | ○ <u>446/2023</u> |
| ○ <u>303/2023</u> | ○ <u>691/2023</u> |
| ○ <u>464/2023</u> | ○ <u>685/2023</u> |





LOA 2024 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

- Incorporação das propostas de emenda ao PPA 2024-2027 de São Paulo também na Lei Orçamentária Anual de 2024, prevendo a ampliação das verbas para políticas de egressos de R\$5 milhões para R\$100 milhões.
 - Emenda apresentada pelo PT | 22241
 - Emenda apresentada pelo PT | 22246
- Publicação do artigo "As omissões de um Plano Plurianual nada transparente", de Luciana Zaffalon e Felipe Angeli, no Nexo Jornal, sobre os problemas do PPA paulista.



EMENDA Nº 22241, AO PL 1449/2023

Suplementa o orçamento da ação 6140- SERVIÇO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E ATENÇÃO INTEGRAL AO EGRESSO E FAMILIARES.

Funcional / Programática							VALORES EM R\$ 1,00		
OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	OD	FR	DOTAÇÃO	REMANEJAMENTO
Programa / Ação / Produto / Indicador / Unidade / Meta									
1	38000		14	421	3815	6139		4.745.494.310	85.000.000
GESTÃO DA CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POP.PENAL.EGRESSOS E SEUS FAMILIARES									
SERVIÇOS DE ATENÇÃO À CUSTÓDIA DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE									
SERVIÇOS DE CUSTÓDIA PRESTADOS DE FORMA HUMANA E SEGURA									
Indicador do Produto: NÚMERO MÉDIO DE POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE (Unidade: 100.000)									
2	38000	38009	14	421	3815	6140		15.040.082	85.000.000
GESTÃO DA CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POP.PENAL.EGRESSOS E SEUS FAMILIARES									
SERVIÇO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E ATENÇÃO INTEGRAL AO EGRESSO E FAMILIARES									
REINTEGRAÇÃO SOCIAL E ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA EGRESSA E FAMILIARES									
Indicador do Produto: Nº DE CENTRAIS DE ATENÇÃO AO EGRESSO E FAMILIAR (CAPTIF) IMPLANTADAS; TAXA DE RETORNO DE EGRESSOS; Nº DE EGRESSOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR; Nº DE EGRESSOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO; EGRESSOS									

JUSTIFICATIVA

O sistema prisional brasileiro é um dos maiores do mundo e o sistema paulista é o maior entre os estados brasileiros, com mais de 150 mil pessoas privadas de liberdade. A presente emenda tem o objetivo de ampliar os recursos para a ação de reintegração social e atenção ao egresso e familiares. Entendemos que é necessário investir a lógica de investimentos no sistema prisional, reorientando recursos hoje alocados na criação e manutenção de vagas para políticas sociais, educacionais, de emprego e melhoria de vida para as pessoas egressas do sistema prisional é um meio de obtenção de graus de cidadania e redução da violência institucional.

A Plataforma Justa em seus relatórios aponta que o volume de recursos para as políticas de egressos, tido como a porta de saída do sistema prisional, é de 1 real investido para cada 2274 reais direcionados às políticas e penitenciárias. Esse funil de investimentos é responsável pelo círculo vicioso da política de cativeiro paulista, marcada por crescimento contínuo do número de vagas e de orçamento público sem uma revisão e avaliação sistemática de seus objetivos. O orçamento histórico da Política para Egressos tem sido abaixo dos R\$ 10 milhões anuais, em termos nominais.

Esta emenda pretende aumentar de R\$ 15 milhões para R\$ 100 milhões anuais o orçamento para a ação 6140- SERVIÇO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E ATENÇÃO INTEGRAL AO EGRESSO E FAMILIARES e também inserir novos indicadores à ação, de modo que considerem medidas como a taxa de retorno de egressos do sistema prisional, o número de egressos matriculados no ensino superior e inseridos no mercado de trabalho. Hoje, o Executivo considera como medida de reintegração social e apoio ao egresso apenas a implantação de centrais de atenção ao ingresso, o que consideramos insuficiente para a boa gestão de resultados dessa política.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 01/11/2023.
Paulo Fiorio, Ana Perugini, Beth Sahlão, Donato, Dr. Jorge do Carmo, Eduardo Suplicy, Emídio de Souza, Enio Tatto, Luiz Claudio Marcolino, Luiz Fernando T. Ferreira, Maurício, Márcia Lia, Professora Bebel, Rômulo Fernandes, Simão Pedro, Teonílio Barba, Thainara Faria

Código: 20250 27/10/2023 14:38:50

EMENDA Nº 22246, AO PL 1449/2023

Adiciona o seguinte parágrafo único ao artigo 9º:

Parágrafo único - A abertura de créditos suplementares de que trata a autorização constante no inciso no decorrer do ano deve ser objeto de seção específica do Portal da Transparência com os decretos de alteração da Programação Orçamentária acompanhados de exposição de motivos, justificativa e indicação dos efeitos das anulações de dotações, bem como da discriminação do crédito suplementar sobre a execução de programas, ações e produtos.

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Lei 4.320/1964, créditos suplementares são as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária com o intuito de reforçar a dotação orçamentária já prevista.

A atual proposta de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024 estabelece, em seu artigo 9º, a autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 17% (dezoito por cento) da despesa total, que soma aproximadamente R\$ 328 bilhões.

Em outras palavras, terá o Poder Executivo a autorização para discricionariamente distribuir, sem passar pela Assembleia Legislativa, cerca de R\$66 bilhões em 2024 (17% da despesa total).

A título ilustrativo, vale registrar que os referidos R\$ 56 bilhões representam um valor maior do que a soma de todos os valores previstos para órgãos como Desenvolvimento Social (R\$ 1,1 bilhão); Habitação (R\$ 1,6 bilhão); Cultura (R\$ 1,2 bilhão); Agricultura (R\$ 1 bilhão); Mulher (R\$ 10 milhões); Pessoa com Deficiência (R\$ 69 milhões); Administração Penitenciária (R\$ 5,5 bilhões).

Além dos impactos sociais desse instrumento sobre a execução anual, os seus efeitos podem se estender sobre o planejamento do período, sobretudo aquele previsto no PPA, impactando as metas e indicadores anualizados e tomadas para todo o conjunto do quadriênio.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 (Lei nº 17.387), em seu artigo 12, trouxe inédito avanço com relação à transparência dos créditos suplementares a serem distribuídos diretamente pelo Poder Executivo, ao prever em seu § 2º que os decretos para alteração da Programação Orçamentária da Despesa do exercício de 2022 serão acompanhados de exposição de motivos, justificativa e indicação dos efeitos das anulações de dotações, bem como da discriminação do crédito suplementar sobre a execução de programas, ações e produtos.

Esse avanço sobre a LDO de 2022 não logrou êxito em elevar o controle da sociedade e dos parlamentares sobre a execução orçamentária no decorrer do ano, pois o dispositivo não vem sendo cumprido. Indicamos que este debate deve ser novamente feito na proposta de lei orçamentária anual para 2024, motivo pelo qual propomos esta emenda.

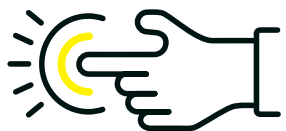
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 01/11/2023.
Paulo Fiorio, Ana Perugini, Beth Sahlão, Donato, Dr. Jorge do Carmo, Eduardo Suplicy, Emídio de Souza, Enio Tatto, Luiz Claudio Marcolino, Luiz Fernando T. Ferreira, Maurício, Márcia Lia, Professora Bebel, Rômulo Fernandes, Simão Pedro, Teonílio Barba, Thainara Faria


Código: 20262 27/10/2023 14:38:19




PROJETO DE LEI QUE PREVÊ POLÍTICAS PARA REPARAÇÃO PELA GUERRA ÀS DROGAS

- Institui Diretrizes para Políticas de Reparação de danos provocados pela proibição da cannabis medicinal e outras drogas no Distrito Federal.
- Este projeto é fruto de diálogos e contribuições de renomados especialistas e militantes de organizações que trabalham com a temática da política de drogas, justiça criminal e combate ao racismo, como a Iniciativa Negra, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, a Plataforma Brasileira de Política de Drogas, a Plataforma JUSTA e a Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Fábio Félix - Gab 24



PROJETO DE LEI Nº DE 2023
(Do Sr. Deputado Fábio Félix)

Institui Diretrizes para Políticas de Reparação de danos provocados pela proibição da cannabis medicinal e outras drogas no Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Esta lei tem por objetivo estabelecer diretrizes para políticas de reparação de danos causados às populações afetadas pela proibição da cannabis medicinal e outras drogas no Distrito Federal. Busca-se compensar os impactos negativos, por meio do direcionamento de recursos públicos e privados, bem como pela implementação de incentivos tributários para a produção e comercialização de produtos à base de cannabis medicinal e serviços relacionados ao seu uso no Distrito Federal.

Art. 2º As Políticas de Reparação de Danos terão as seguintes diretrizes:

I - promover a inclusão social das populações afetadas pela política proibicionista, priorizando, no acesso aos dispositivos de que trata essa lei, os grupos historicamente impactados por tal política, especialmente os egressos do sistema penal cuja condenação ou prisão provisória esteja associada a cannabis ;

II - promover a conscientização sobre o uso responsável de drogas, com foco na redução de estigmas e preconceitos associados ao consumo da cannabis e seus derivados;

III - reconhecer o papel do Estado na produção de violência e na precarização de direitos por meio da política de guerra às drogas;

IV - fomentar o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da cannabis para fins medicinais, promovendo a geração de emprego e renda na produção e comercialização da substância. Além de implementar mecanismos de incentivo tributário, com foco na participação ativa de pequenos produtores, associações e egressos do sistema prisional;

V - promover e divulgar a oferta de serviços de saúde públicos e privados, assim como programas de redução de danos relacionados ao consumo de álcool e outras drogas;

VI - fomentar uma cultura de paz, saúde e bem-estar, bem como o desenvolvimento econômico.

Art. 3º Fica estabelecido que os recursos provenientes do comércio de produtos à base de cannabis medicinal e serviços relacionados ao seu uso no Distrito Federal serão destinados à implementação das políticas de reparação, com foco nas seguintes áreas:

I - Educação e conscientização: Serão promovidas campanhas educativas e de conscientização sobre o uso responsável da cannabis , seus benefícios medicinais, riscos e possíveis efeitos adversos. Será dada ênfase especial à política de redução de danos e à redução dos estigmas e preconceitos associados ao consumo da planta.

II - Inclusão social: Serão implementadas medidas para promover a inclusão social das populações afetadas, como a oferta de programas de capacitação profissional, emprego e

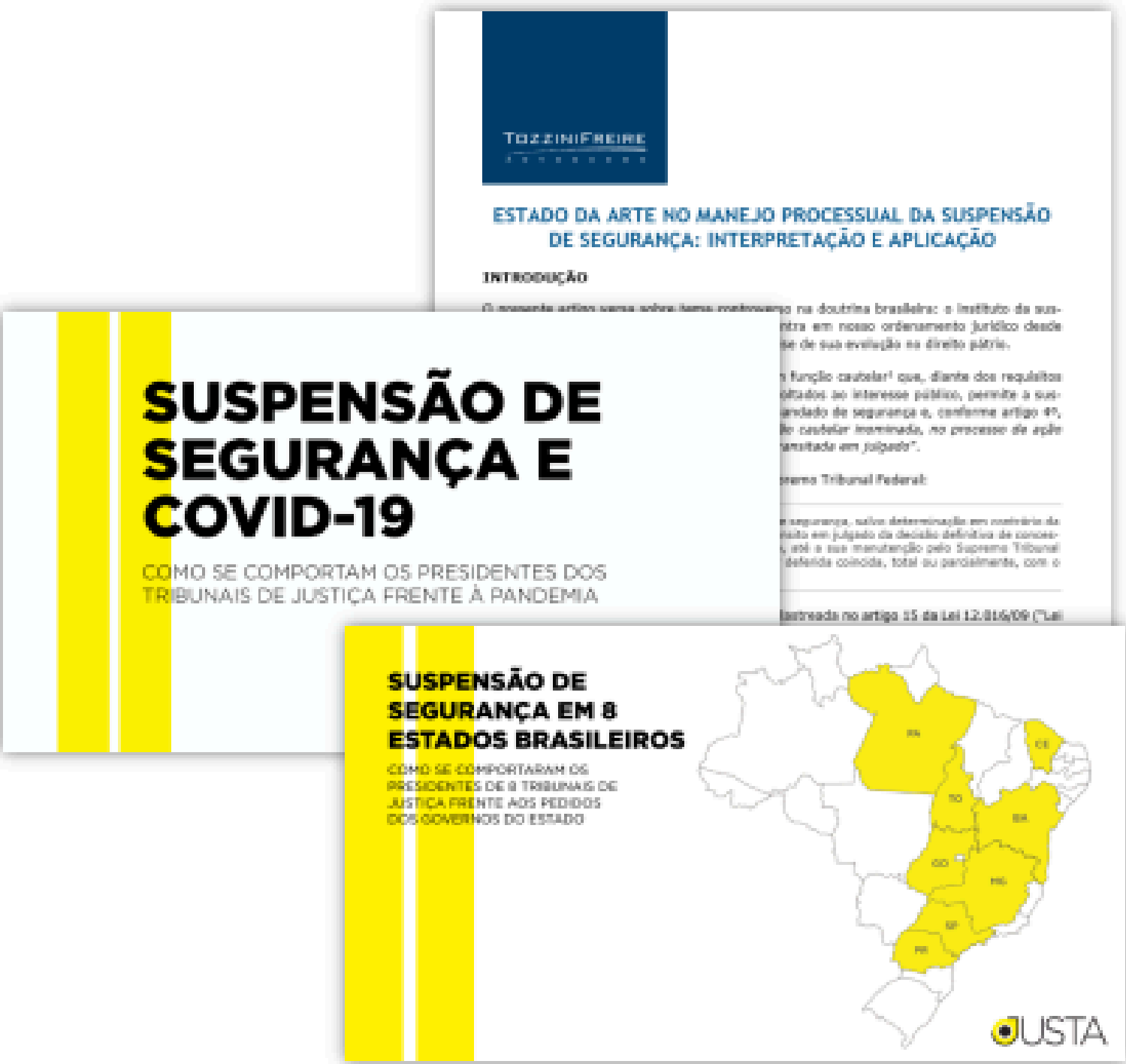
PL 22766 - Projeto de Lei - (minuta) - (104476)

pg.1



LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA

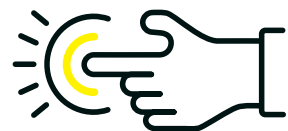
Em conjunto com o escritório TozziniFreire Advogados e o Núcleo Especializado em Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo segue em curso a construção de litígio estratégico que será levada ao *Sistema Interamericano de Direitos Humanos* (SIDH), questionando a existência e o uso das suspensões de segurança oelos tribunais brasileiros.





O JUSTA, em parceria com a Conectas Direitos Humanos, a Iniciativa Negra e o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, foi admitido como Amicus Curiae em uma ação do STF que debate a violação sistemática e estrutural de direitos fundamentais devido ao uso de perfis raciais na abordagem policial e na privação de liberdade

- Protocolo de Memorial com petição no STF sobre abordagens policiais feitas sem critérios objetivos ou baseadas apenas na cor da pele.
- Sustentação Oral do diretor Cristiano Maronna no STF sobre o caso de perfilamento racial envolvendo um homem preso por portar 1,53 gramas de droga e abordado por ser negro.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DIGNO RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 208.340

"Os casos de nossas antepassadas sofrem as mesmas penas legítimas pelas mentes da hoje.
Os olhos de nossas antepassadas, negres exaltos tingidos de sangue, elevam-se das profundezas da terra custodiada de nossa distante memória.
A terra está coberta de velas e a qualquer distância da vida a morte é certo.
A vida não viveu a vida, na escova um corpo negro humilha e alarga.
A verdade da vida, os antigos sabem, vem liberada desde os negritos."

Conceição Evandro?

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONECTAS DIREITOS HUMANOS ("ASSOCIAÇÃO EM REDE"), associação sem fins lucrativos qualificada como Org. de Interesse Público, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.396/ Avenida Paulista, 575, 15ª andar, São Paulo - SP; no presente diretora executiva e representante nos termos de seu Estatuto

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA (ITTC), associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.382.326/00 Marquês de Itá, 398, Vila Ruarque, São Paulo - SP; no presente sua presidente e representante legal, Michael Mary Nolan, regularmente inscrita na OAB/SP sob o nº 81309.

INICIATIVA NEGRA POR UMA NOVA POLÍTICA DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA MÂRCIO THOMAZ BASTOS (IDDD), associação sem fins lucrativos, inscrita sob CNPJ 12.364.1 Rua do Carmo nº36, 3º - São Paulo - SP, neste ato representada por Lays Cristina Araújo Silva, brasileira, solteira, portador do

HC 208240 / SP

fundamentação do pedido afigura-se suficiente para demonstrar a representatividade das entidades e, assim, sustentar a admissão desejada.

Ante o exposto, à luz dessas considerações, e com supedâneo no art. 138 do CPC c/c art. 3º do CPP, defer o pedido de admissão, na qualidade de amici curiae, deduzidos por CONECTAS DIREITOS HUMANOS ("ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE"); INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA (ITTC); INICIATIVA NEGRA POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS; JUSTA; INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA MÂRCIO THOMAZ BASTOS (IDDD); COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS; INSTITUTO REFERÊNCIA NEGRA PEREGUM ("Instituto Peregum"), sendo-lhes permitido manifestar, por escrito ou oralmente, no presente feito (art. 138, § 2º, CPC).

À Secretaria para que proceda às anotações e demais providências necessárias.

Anote-se. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de novembro de 2022.

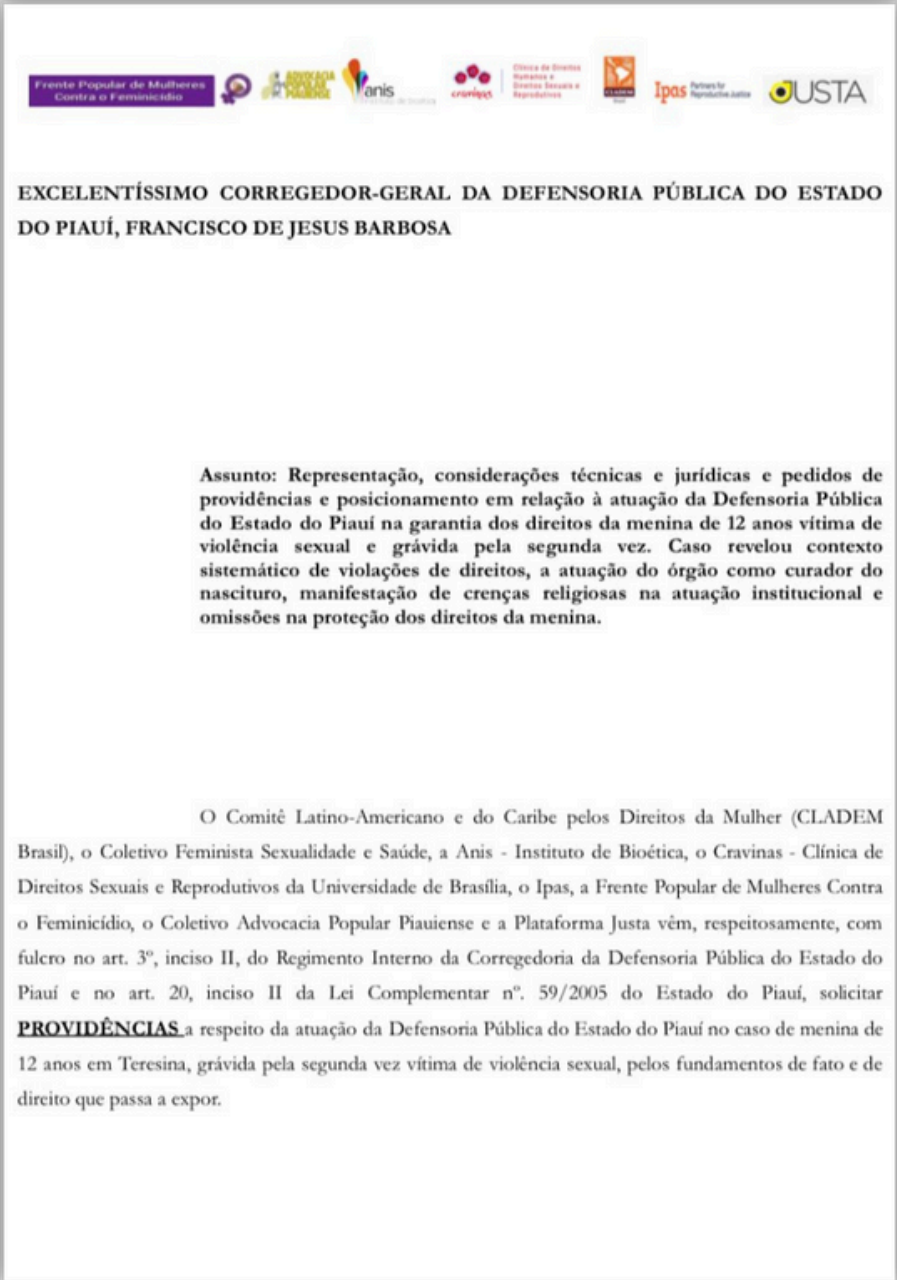
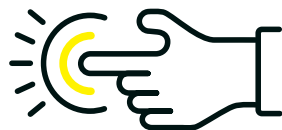
Ministro EDSON FACHIN
Relator
Documento assinado digitalmente



ARTICULAÇÃO POLÍTICA

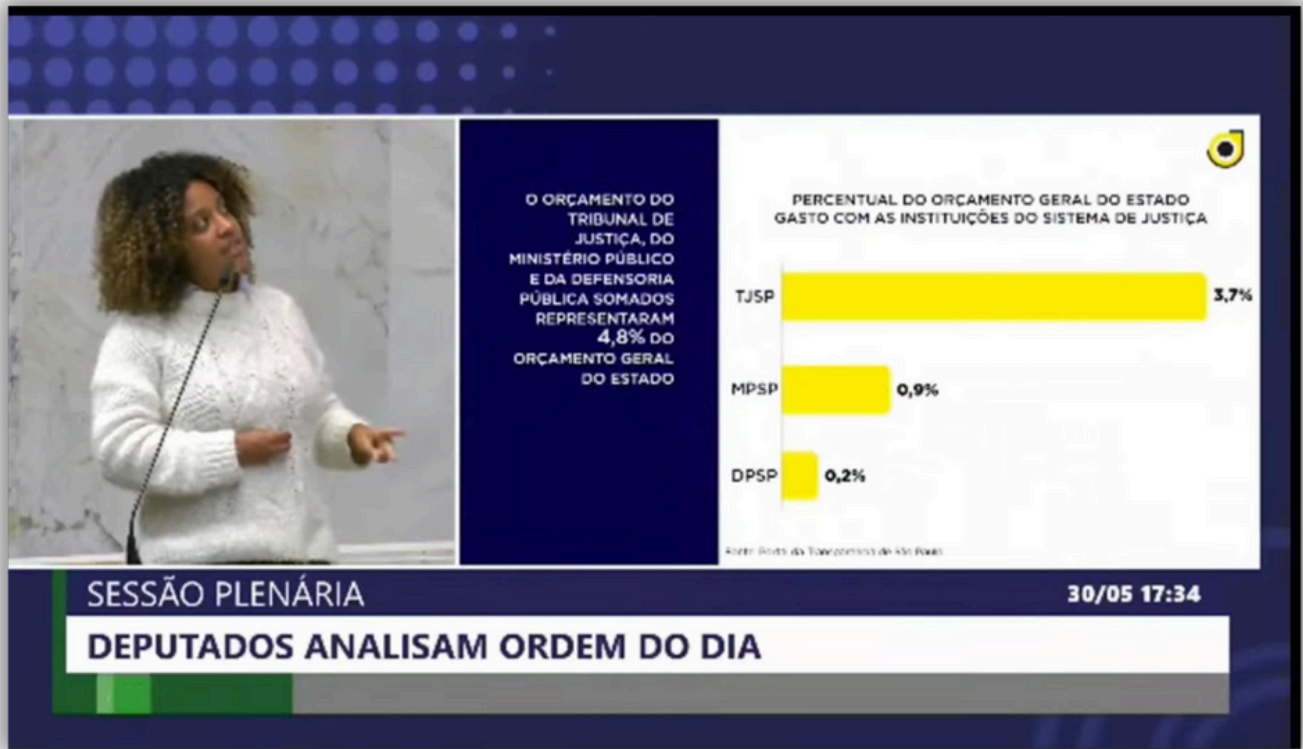
REPRESENTAÇÃO APRESENTADA À CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PIAUÍ

Documento elaborado em parceria com a Anis - Instituto de Bioética, Cravinas - Clínica de Direitos Sexuais e Reprodutivos da UnB, Ipas Brasil, Cladem Brasil, Frente Popular de Mulheres contra o Feminicídio e Advocacia Popular Piauiense, referente à atuação da DPE/PI em caso de garantia de direitos de menina de 12 anos vítima de violência sexual

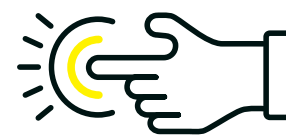


PL TAXAS JUDICIAIS

Utilização dos dados produzidos pelo JUSTA em sessão plenária da Assembleia Legislativa de SP pela deputada Paula Nunes da Bancada Feminista (PSOL)

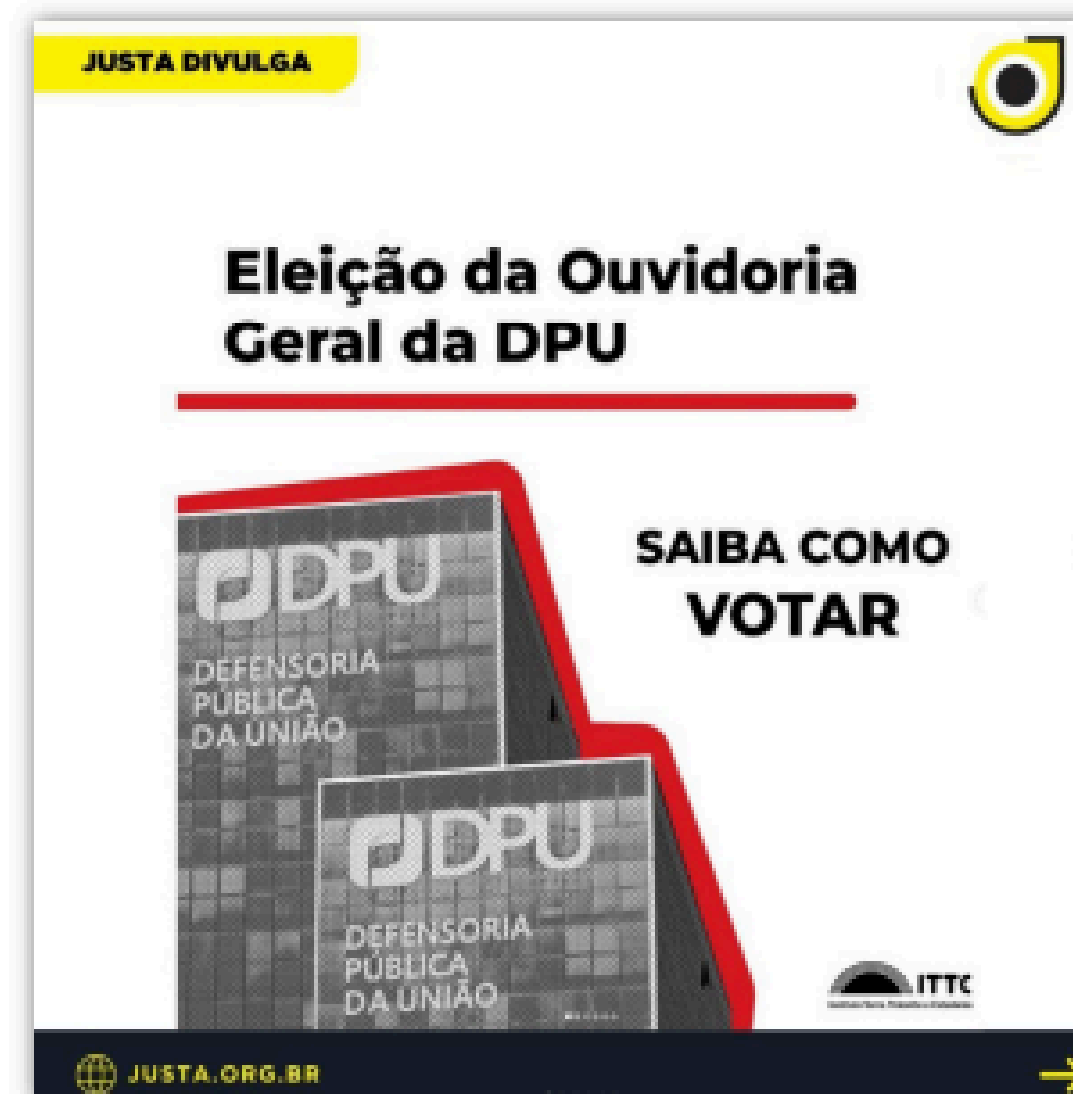


- Entrada do JUSTA no Pacto pela Democracia
- Participação em reunião convocada pelo Ministério de Direitos Humanos e Cidadania para consulta da sociedade civil sobre o PL da Lei Orgânica das PMs, posteriormente aprovado



ELEIÇÃO DA OUVIDORIA EXTERNA DA DPU

- O JUSTA foi habilitado como entidade eleitora do processo para formação de lista tríplice para escolha do ouvidor-geral da DPU
- Articulação, mobilização e produção e divulgação de informações sobre o processo
- Participação do JUSTA em audiência pública com candidaturas ao cargo



MODERNIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS E FINANCIAMENTO DO BID

Articulação com Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Porticus e Instituto Ação pela Paz sobre a modernização dos presídios de Espírito Santo, com financiamento do Banco Inteamericano de Desenvolvimento (BID)

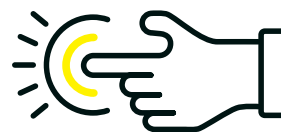




PARCERIAS

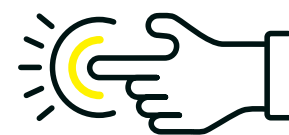
PROJETO TRIBUTAÇÃO JUSTA, REPARAÇÃO HISTÓRICA

- Seminário realizado na FGV Brasília, "Temas estruturantes da política de igualdade racial: representatividade no parlamento e tributação"
- Participação do JUSTA em seminário promovido pela Oxfam e Inesc em Brasília, "Tributação e Desigualdades no Sul Global"
- Articulação com Fórum Justiça para participação da profa. Eliane em live "Reforma Tributária e Justiça Social: Limites e Possibilidades" | Link



CICLO DE DEBATES: TRIBUTAÇÃO JUSTA, REPARAÇÃO HISTÓRICA

Evento organizado pelo JUSTA, em parceria com o CEJEDR, REAFRO, PUC-SP, Oxfam Brasil, CONTAG e "Projeto Lélia Gonzalez, Presente!" (Unilab-CE), e que contou com o apoio do Instituto Brasileiro da Diversidade, da UNEafro e do Grupo Diálogos (Unilab-CE).



EVENTO “O CRIME ORGANIZADO NOS ESPAÇOS DE PODER”

Participação de Felipe Angeli, coordenador de Advocacy do JUSTA, em debate que contou com Marcos Unpi, da ANDI Comunicação e Direitos, Marta Ferrara, da Semillas para la Democracia (Paraguai) e Verônica Maria Teresi, pesquisadora do Violes (Brasil).



ANDI INDICA

CRIME ORGANIZADO NO ESPAÇO DE PODER

18 de setembro 2023
11 - 13 H (Hora do Brasil)

f LIVE Foro Ciudadano de las Américas

Mediação:
Marcos Urupá
ANDI

PAINELISTAS

Marta Ferrara
Semillas Para la democracia

Felippe Angeli
Centro de Pesquisa Justa

Verônica Maria Teresi
Pesquisadora do Violes

Logos: United States of America, Foro Ciudadano de las Américas, REDLAD, ANDI Comunicação e Direitos

DIRETORIA

Luciana Zaffalon
Poliana Ferreira
Cristiano Avila Maronna
Ricardo Cappi

DIRETORIA EXECUTIVA

Luciana Zaffalon

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Vanessa de Jesus

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Érika Lula de Medeiros

PROJETOS

Paula Ballesteros
Ingrid Martins

ADVOCACY

Felippe Angeli

COMUNICAÇÃO

Sofia Fromer
Maria Eduarda Brommonschenkel

PESQUISA EM ORÇAMENTO

Taciana Santos
Ana Paula Pegoraro

**PESQUISA EM JUSTIÇA E
DESIGUALDADE**

Érika Lula de Medeiros
Natália dos Santos

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Caroline Oliveira